



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado Especialidade Análise de Sistemas

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'C03', Tipo 001
Nº de Inscrição: MODELO
Nº do Caderno: TIPO-001

Nº do Documento: 0000000000000000
ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA
Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
 Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

Conhec. Básicos / Conhec Específicos / Disc-Estudo de Caso
Cargo ou opção C03 - ANALISTA JUD - APOIO ESP - ANÁLISE DE SISTEMAS
Tipo gabarito 1

001 - D	011 - C	021 - A	031 - E	041 - A	051 - A	061 - D
002 - B	012 - D	022 - A	032 - E	042 - B	052 - D	062 - A
003 - C	013 - B	023 - B	033 - D	043 - D	053 - B	063 - C
004 - E	014 - E	024 - B	034 - B	044 - C	054 - E	064 - E
005 - D	015 - E	025 - C	035 - A	045 - A	055 - C	065 - B
006 - A	016 - C	026 - A	036 - A	046 - D	056 - A	066 - B
007 - C	017 - B	027 - D	037 - E	047 - B	057 - C	067 - E
008 - E	018 - C	028 - E	038 - A	048 - D	058 - B	068 - C
009 - B	019 - E	029 - D	039 - D	049 - E	059 - C	069 - A
010 - A	020 - D	030 - A	040 - B	050 - C	060 - C	070 - D

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, considere o texto abaixo.

Ponto de vista

“Assim é (se lhe parece)” é a tradução em português do título de uma peça do dramaturgo italiano Luigi Pirandello. Sobre este escritor disse o ator Rubens Caribé: “Para ele, não existe uma só verdade, mas diferentes pontos de vista. Não existe um só homem, mas diversas máscaras que vestimos no dia a dia, desde a hora em que acordamos até a hora em que dormimos. Portanto, não existe uma verdade absoluta”.

O título tem sua malícia: a afirmação taxativa (“assim é”) é logo relativizada pela expressão entre parênteses (“se lhe parece”), do que resulta a insinuação de que podemos estar muito enganados quando julgamos conhecer efetivamente alguma coisa. O suposto “fato” pode ser apenas uma “opinião”. A visão de um objeto implica uma perspectiva para ele. Pirandello acredita, de fato, que a chamada “realidade das coisas” é sempre bastante condicionada pelo ponto de vista a partir do qual vemos o mundo. E vai ainda mais longe: mesmo dentro de cada um de nós, nenhum olhar se consolida para sempre, uma vez que nossos diferentes interesses podem mudar nossa visão de um mesmo objeto. Nossa identidade de indivíduos não é sólida como pode parecer: precisamos, ao longo da vida, de máscaras que encobrem nossas reais necessidades. Viria daí, em boa parte, o prestígio do teatro: vemos encenadas no palco, como expressão de um “fingimento” artístico trabalhado por atores, nossas emoções secretas, nossos desejos encobertos... e verdadeiros.

Uma discussão de verdade, na qual os interessados pretendam refletir e argumentar, deve sempre levar em conta esse relativismo do “parece que é”. Aceitar que nossa visão pode estar sendo prejudicada pelo interesse de ver o que nos convém é o primeiro passo para aceitar a possibilidade de nosso contendor estar certo. A flexibilidade dos diferentes pontos de vista torna qualquer “verdade” mais complexa do que aparenta, e melhor faríamos se atentássemos antes para o que está implicado em nossa visão do que para o fato consumado em que transformamos o que está sob nossa vista. É o melhor modo de nos aproximarmos do que somos, em vez de nos contentarmos com o que parecemos ser.

(SOUZA, Petrônio. Juvenal de, *inédito*)

1. O título da peça de Luigi Pirandello *“Assim é (se lhe parece)”* já traz em si mesmo uma convicção do autor: a de que
 - (A) uma verdade só se torna absoluta quando sua aparência tem força suficiente para nos convencer dessa sua qualidade.
 - (B) as coisas que parecem ser verdadeiras, por causa de seu aspecto, são de fato absolutamente falsas.
 - (C) desconfiamos de que as coisas verdadeiras sejam falsas tão somente quando não apreciamos o seu aspecto.
 - (D) a visão que temos das coisas faz-nos acreditar que a verdade delas corresponde inteiramente ao que aparentam.
 - (E) falseamos a aparência das coisas quando queremos convencer o próximo de que elas sejam verdadeiras.

2. O ator Rubens Caribé (1^o parágrafo) considera que, para Luigi Pirandello,
 - (A) a forte personalidade de cada um garante que todas as verdades que a pessoa defenda exprimem sua individualidade básica.
 - (B) cada um de nós expressa cotidianamente uma série diversificada de verdades, implicadas numa contínua mudança de perspectivas.
 - (C) as máscaras de que se valem alguns para falsificar suas opiniões fazem delas verdades absolutas.
 - (D) uma verdade absoluta só pode existir quando alguém abandona a máscara e se vale de uma perspectiva mais pessoal.
 - (E) a liberdade de que desfrutamos para elaborar nossas máscaras é a garantia de que todas são igualmente verdadeiras.

3. Costumamos aceitar o *prestígio do teatro* (2^o parágrafo) porque, na atividade teatral,
 - (A) ocultam-se de todos as nossas emoções mais graves, disfarçadas pelas máscaras que agem no palco.
 - (B) o fingimento artístico permite-nos aceitar a exposição de todos os nossos defeitos como se fossem altas virtudes.
 - (C) a representação artística permite-nos reconhecer a verdade de nossos sentimentos mais ocultos.
 - (D) os desejos encobertos não são exatamente os nossos, mas sobretudo os dos atores que os representam.
 - (E) nossas emoções secretas, por serem representadas com fingimento, não são de fato reveladas em sua essência.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) a afirmação taxativa [...] é logo relativizada (2^o parágrafo) // a assertiva incontestada é imediatamente impugnada
 - (B) do que resulta a insinuação (2^o parágrafo) // de onde provém a evidência
 - (C) implica uma perspectiva (2^o parágrafo) // atesta uma hipótese
 - (D) levar em conta esse relativismo (3^o parágrafo) // debitar a essa hesitação
 - (E) flexibilidade dos diferentes pontos de vista (3^o parágrafo) // maleabilidade das diversas perspectivas



5. Uma discussão de verdade, na qual os interessados pretendam refletir e argumentar, deve sempre levar em conta esse relativismo. (3º parágrafo)

Uma nova redação da frase acima considera a adequada articulação entre tempos e modos verbais substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) pretendessem refletir e argumentar – deva sempre levar
(B) pretendiam refletir e argumentar – devesse sempre levar
(C) refletissem e argumentassem – tinha levado sempre
(D) houvessem pretendido refletir e argumentar – deveria ter levado sempre
(E) reflitam e argumentem – teria levado sempre

6. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário:

- (A) Embora imaginemos conhecer a sólida verdade de cada coisa, o fato é que esse nosso conhecimento se relativiza por estar preso a uma única perspectiva.
(B) Não fossem por outras razões, acredita-se que as máscaras da personalidade visam a proteção das verdades que em nossa atuação cotidiana se oculta.
(C) Como acredita Pirandello, não existem fatos se não opiniões, razão pela qual se destitue todo conhecimento de uma verdade absoluta ou mesmo incontestável.
(D) Ao sermos adeptos do relativismo, passa-se a considerar que a verdade relativa das coisas atribue a mais alguém a possibilidade de estarem com a razão.
(E) Ao passo que nos imaginamos como seres íntegros, a verdade é que nos dividimos em máscaras, a cujo poder não nos conseguimos nunca libertar.

7. Respeitam-se as normas de concordância nessa adequada transposição de uma forma verbal ativa para uma forma verbal passiva:

- (A) Da visão de um objeto participam perspectivas = As perspectivas têm participação na visão de um objeto.
(B) O livro teria traduções em várias línguas = Em várias línguas haveriam traduções do livro.
(C) É bom prestigiar encenações teatrais = É bom que se prestigiem encenações teatrais.
(D) Sua visão não corresponde aos fatos = Os fatos não são correspondidos em sua visão.
(E) Muitas verdades expressa uma máscara = Expressa-se numa máscara muitas verdades.

8. Os termos sublinhados são exemplos de uma mesma função sintática na oração:

- (A) O título vale-se da malícia de levantar uma suspeita no leitor.
(B) Há fatos supostos que são apenas opiniões.
(C) As verdades são mais complexas do que sua aparência.
(D) Nosso ponto de vista condiciona nossa opinião.
(E) Cumprem as máscaras um papel que nós lhes delegamos.

Atenção: As questões de números 9 a 11 referem-se ao texto abaixo, onde o filósofo francês Voltaire (1694-1778) reflete sobre a aplicação de penas pela justiça, considerando os valores daquela época.

Ouso convidar-vos, senhores, a buscar para os cidadãos aquilo que Luís XVI encontrou para os soldados. Pergunto-vos se não seria possível diminuir o número de delitos tornando os castigos mais vergonhosos e menos cruéis. Não observais que os países onde a rotina da lei ostenta os mais horrendos espetáculos são aqueles onde os crimes se multiplicam? Não estais convencidos de que o amor à honra e o temor à vergonha são melhores moralistas que os carrascos? Os países onde a virtude é premiada não serão mais bem policiados que aqueles onde não se faz outra coisa senão procurar pretextos para derramar o sangue e herdar os bens dos condenados?

(Voltaire, **O preço da justiça**. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2001, p. 105-106)

9. A proposta de Voltaire baseia-se na convicção de que

- (A) a severidade de uma pena cruel deve ser diretamente proporcional à crueldade de quem cometeu algum terrível delito.
(B) uma punição que faz o condenado envergonhar-se costuma ser mais eficaz do que a imposta por meio de castigos físicos.
(C) tanto uma pena moral como uma pena física são improdutivas quando o réu já perdeu a honra.
(D) os soldados de Luís XVI, ao sofrerem cruel punição, servem de exemplo positivo para os cidadãos comuns.
(E) a crueldade maior de uma pena ocorre quando quem a aplica o faz de modo a acusar em si mesmo a perda da honradez.



10. Voltaire lembra aos seus leitores que
- (A) os crimes só fazem aumentar onde a punição cruel torna-se rotina jurídica.
 - (B) inexistente relação entre o sentimento de honra e a eficácia de uma pena.
 - (C) os carrascos moralistas costumam encarregar-se das penas mais cruéis.
 - (D) a prática de virtudes ocorre mais onde os hábitos sociais são menos policiados.
 - (E) o sangue do condenado não deve converter-se em exemplo para os seus herdeiros.
-
11. Transpondo coerentemente para o discurso indireto o início do texto, obtém-se a seguinte formulação: **Voltaire ousou convidar-nos**
- (A) para que levássemos os cidadãos a buscarem aquilo que Luís XVI encontrou para os soldados.
 - (B) para que aquilo que Luís XVI vier a encontrar nos soldados fosse buscado entre os cidadãos.
 - (C) a que buscássemos para os cidadãos aquilo que Luís XVI já encontrara para os soldados.
 - (D) a que encontrássemos para os cidadãos o que Luís XVI já buscara para seus soldados.
 - (E) para que viéssemos a encontrar nos cidadãos o que Luís XVI buscara para os seus soldados.
-
12. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período.
- (A) Tendo em vista, uma melhor distribuição da justiça, Voltaire considera rever critérios de punição baseado na ideia de que, o sentimento da honra, quando esta é ofendida torna-se mais intenso, do que a sensação provocada pelo castigo físico.
 - (B) Tendo em vista uma melhor distribuição da justiça, Voltaire considera rever critérios de punição, baseado na ideia de que, o sentimento da honra quando esta é ofendida, torna-se mais intenso do que a sensação, provocada pelo castigo físico.
 - (C) Tendo em vista uma melhor distribuição da justiça, Voltaire considera: rever critérios de punição baseado na ideia de que o sentimento da honra, quando esta é ofendida torna-se mais intenso, do que a sensação provocada pelo castigo físico.
 - (D) Tendo em vista uma melhor distribuição da justiça, Voltaire considera rever critérios de punição, baseado na ideia de que o sentimento da honra, quando esta é ofendida, torna-se mais intenso do que a sensação provocada pelo castigo físico.
 - (E) Tendo em vista, uma melhor distribuição da justiça, Voltaire considera rever critérios de punição baseado na ideia, de que o sentimento da honra, quando esta é ofendida, torna-se mais intenso, do que a sensação provocada pelo castigo físico.

Atenção: As questões de números 13 a 16 referem-se ao texto abaixo.

Do autor para o leitor

Quando falo de pessoa a pessoa, quer dizer, da pessoa-autor que sou à pessoa-leitor que o leitor é, tudo o que faço é depositar nele a inquietação para definir as mudanças que ele imagine necessárias. Porque não estou nada seguro de que estejamos, leitor e autor, de acordo. Escrevo para compreender, e desejaria que o leitor fizesse o mesmo, que lesse para compreender. Compreender o quê? Não para compreender algo na linha em que estou pensando. Ele tem os seus próprios motivos e razões para compreender algo, mas esse algo é ele que determina. Quando alguém está em uma leitura e levanta o olhar como se estivesse a aprender, mostra que está envolvido com o que alguém escreveu: "Isto é meu, isto tem a ver comigo."

(SARAMAGO, José. **As palavras de Saramago**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 327)

13. Infere-se da leitura do texto que José Saramago acredita que entre o autor e o leitor
- (A) deve haver, sempre que possível, uma identificação plena de ambos quanto às ideias defendidas no texto.
 - (B) as possíveis diferenças de perspectiva não eliminam a possibilidade de partilharem uma mesma questão.
 - (C) diferentes expectativas impedem que ambos possam se interessar pela abordagem de um tema comum.
 - (D) ocorre, de modo praticamente invariável, uma relação de espelhamento fiel, por conta da força das palavras do escritor.
 - (E) há um pacto mais intenso quando a leitura se faz presa ao texto do que quando se suspende em alguma reflexão.
-
14. No **primeiro período** do texto,
- (A) a oração *para definir as mudanças* exprime uma **consequência**.
 - (B) a oração *que ele imagine necessárias* exerce a função de **sujeito** da oração anterior.
 - (C) o termo *inquietação* é **complemento nominal** de *nele*.
 - (D) a última oração exprime uma **finalidade**.
 - (E) o termo **à pessoa-leitor** é um complemento verbal.
-
15. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Se lhes convirem, autor e leitor podem compartilhar uma mesma opinião.
 - (B) O valor a que se atribui um leitor a um autor pode não ser o mais justo.
 - (C) O motivo por onde pode haver identificação entre autor e leitor nem sempre é claro.
 - (D) Caso se dispusessem de ter mais tolerância, autor e leitor concordariam com isso.
 - (E) Propusera-se ele a ponderar melhor sobre as opiniões daquele autor.



16. Considere as seguintes orações:
- I. Saramago aborda a relação entre autor e escritor.
 - II. A relação entre autor e escritor pode ser problemática.
 - III. Autor e escritor podem ter opiniões bastante distintas.

As afirmações acima articulam-se com clareza, coerência e correção no período:

- (A) Ainda quando seja problemática para Saramago, a relação entre autor e escritor haveriam de expressar opiniões bem distintas.
- (B) Ao abordar a relação entre autor e escritor, cujos podem emitir opiniões diversas, Saramago considera que a mesma pode ser problemática.
- (C) Para Saramago, a relação entre autor e escritor, cujas opiniões podem ser bastante distintas, é possivelmente problemática.
- (D) Assim como podem haver opiniões distintas, a relação entre autor e escritor será problemática na medida que Saramago a aborda.
- (E) As opiniões distintas entre autor e escritor, tal como Saramago as aborda, não deixa de ser igualmente uma relação problemática.

Noções sobre Direito das Pessoas com Deficiência

17. Conforme preceitua a Lei nº 13.146/2015, deve-se assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. Trata-se de dever do Estado,
- (A) apenas.
 - (B) da família, da comunidade escolar e da sociedade.
 - (C) da família e da sociedade, apenas.
 - (D) da família e da comunidade escolar, apenas.
 - (E) da sociedade e da comunidade escolar, apenas.

18. Considere:

- I. Disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação.
- II. Dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, independentemente de prévia solicitação, sendo necessária, no entanto, a comprovação da necessidade.
- III. Adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas, dentre outras, as medidas corretas descritas em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II e III, apenas.

19. Joaquim, de 30 anos de idade, é pessoa com deficiência, em situação de dependência, não dispondo de condições de autossustentabilidade e com vínculo familiar fragilizado. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, Joaquim
- (A) não tem direito à moradia prestada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tendo em vista o fator impeditivo de sua faixa etária.
 - (B) tem direito à moradia a ser prestada no âmbito do Sistema Único de Previdência Social.
 - (C) tem direito apenas à proteção na modalidade moradia para a vida independente.
 - (D) não tem direito à moradia prestada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tendo em vista que o seu vínculo familiar está apenas fragilizado, ou seja, não foi rompido.
 - (E) tem direito à proteção integral na modalidade de residência inclusiva.

20. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência é
- (A) vedada, salvo se não houver, comprovadamente, recursos para a acessibilidade em questão.
 - (B) admitida, tão somente para a proteção dos direitos de propriedade intelectual.
 - (C) sempre admitida, tendo em vista os direitos inerentes à obra e ao artista.
 - (D) vedada, sob qualquer argumento.
 - (E) admitida em apenas duas hipóteses: para a proteção dos direitos de propriedade intelectual e se não houver recursos necessários à acessibilidade.



21. Conforme preceitua a Lei nº 13.146/2015, os veículos de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, as instalações, as estações, os portos e os terminais em operação no País devem ser acessíveis, de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas. A propósito do tema, considere:
- I. Os veículos e as estruturas de que trata o enunciado devem dispor de sistema de comunicação acessível, destinado apenas a disponibilizar informações sobre os pontos principais do itinerário.
 - II. São asseguradas à pessoa com deficiência, prioridade e segurança nos procedimentos de embarque e de desembarque nos veículos de transporte coletivo, de acordo com as normas técnicas.
 - III. Para colocação do símbolo internacional de acesso nos veículos, as empresas de transporte coletivo de passageiros dependem da certificação de acessibilidade emitida pelo gestor público responsável pela prestação do serviço.
- A propósito do tema, está correto o que consta em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, apenas.
 - (E) I, apenas.

22. Robson apresenta perda auditiva bilateral, parcial, de quarenta e cinco decibéis (dB), aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz. Já Reinaldo possui acuidade visual inferior a 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Nos termos do Decreto nº 5.296/2004, Robson
- (A) apresenta deficiência auditiva e Reinaldo apresenta deficiência visual, qual seja, cegueira.
 - (B) apresenta deficiência auditiva e Reinaldo apresenta deficiência visual, qual seja, baixa visão.
 - (C) e Reinaldo não são considerados pessoas com deficiência.
 - (D) não apresenta deficiência auditiva e Reinaldo apresenta deficiência visual, qual seja, baixa visão.
 - (E) não apresenta deficiência auditiva e Reinaldo apresenta deficiência visual, qual seja, cegueira.

23. Gilberto, de 16 anos, é pessoa com deficiência. Gilberto procurou determinada escola particular para a realização de matrícula, e, para sua surpresa, foi cobrado montante adicional pela funcionária Josefa, em razão de sua deficiência, para que pudesse, assim, ingressar no citado estabelecimento de ensino. Nos termos da Lei nº 7.853/1989, o ato de Josefa
- (A) não constitui crime, embora esteja Josefa sujeita às cominações na seara cível.
 - (B) constitui crime punível com pena de reclusão e multa, pena esta agravada em 1/3.
 - (C) constitui crime punível com pena de reclusão e multa, sem agravamento da pena.
 - (D) constitui crime punível com pena de detenção, inexistindo multa nessa hipótese.
 - (E) constitui crime punível com pena de detenção e multa, pena esta agravada em 1/3.

Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho

24. Os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho – TST,
- (A) totalizam 25 na composição do Tribunal.
 - (B) são aprovados pelo Senado Federal.
 - (C) devem possuir mais de 30 anos e menos de 65 anos.
 - (D) são nomeados pelo Presidente do Tribunal.
 - (E) devem possuir mais de 30 anos e menos de 60 anos.
25. A antiguidade dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho – TST, para efeitos legais e regimentais, é regulada por determinados critérios previamente previstos no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho de forma sucessiva. Neste caso, quando houver empate nestes critérios estipulados sucessivamente, o critério de desempate será
- (A) o tempo de investidura na Magistratura da Justiça do Trabalho.
 - (B) a data da nomeação.
 - (C) a idade.
 - (D) o tempo de serviço público federal.
 - (E) o tempo de serviço público.



26. Prevê o Regimento Interno que “*cabereá ação rescisória dos acórdãos prolatados pelo Tribunal, no prazo e nas hipóteses previstas na legislação processual aplicável, observadas, para o julgamento, as regras alusivas à competência dos Órgãos judicantes da Corte*”. A ação rescisória
- (A) está sujeita ao depósito prévio equivalente a vinte por cento do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.
 - (B) não está sujeita ao depósito prévio por expressa determinação legal e observância dos princípios regimentais.
 - (C) está sujeita ao depósito prévio equivalente a quinze por cento do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.
 - (D) está sujeita ao depósito prévio equivalente a dois salários mínimos federais vigentes na época da sua distribuição, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.
 - (E) somente está sujeita ao depósito prévio se o processo a ser rescindido tratar-se de dissídio coletivo.

27. Com relação à substituição de Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, considere:

- I. Nas ausências temporárias, por período superior a trinta dias, e nos afastamentos definitivos, os Ministros serão substituídos por Desembargador do Trabalho, escolhido pelo Órgão Especial, mediante escrutínio secreto e pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.
- II. O Desembargador do Trabalho convocado para substituir Ministro do Tribunal Superior do Trabalho atuará acumulando as funções, e não de forma exclusiva em Turma da Corte.
- III. Excepcionalmente, poderá o Tribunal Superior do Trabalho convocar Desembargadores do Trabalho para atuarem, temporariamente, em suas Turmas.
- IV. O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho poderá, em caso de urgência, e quando inviável a imediata reunião do Órgão Especial, *ad referendum* deste, convocar Desembargador do Trabalho, para a substituição de Ministro afastado.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e III.

28. De acordo com o regimento interno do TST, “*o Ministro que, por dois anos consecutivos, afastar-se, ao todo, por seis meses ou mais, para tratamento de saúde, ao requerer nova licença para igual fim, dentro de dois anos, deverá submeter-se a exame por junta médica para verificação de invalidez, na Coordenadoria de Saúde do Tribunal*”. Neste caso, a junta médica competente para esse exame será indicada pelo

- (A) Órgão Especial e formada por quatro médicos, dos quais um, no mínimo, integre o Quadro de Pessoal do Tribunal.
- (B) Órgão Especial e formada por cinco médicos, dos quais três, no mínimo, integrem o Quadro de Pessoal do Tribunal.
- (C) Tribunal Pleno e formada por cinco médicos, dos quais três, no mínimo, integrem o Quadro de Pessoal do Tribunal.
- (D) Tribunal Pleno e formada por três médicos, dos quais dois, no mínimo, integrem o Quadro de Pessoal do Tribunal.
- (E) Órgão Especial e formada por três médicos, dos quais dois, no mínimo, integrem o Quadro de Pessoal do Tribunal.

29. Com relação à distribuição dos processos no Tribunal Superior do Trabalho,

- (A) o Ministro recém-empossado receberá os processos vinculados à cadeia que ocupará, exceto agravos regimentais e embargos de declaração.
- (B) não haverá distribuição de processos aos Ministros nos cento e oitenta dias que antecederem a jubilação compulsória, nem a partir da data da apresentação do pedido de aposentadoria ao Órgão Especial.
- (C) no período correspondente às férias dos Ministros, não haverá distribuição de processos, inclusive de dissídio coletivo e mandado de segurança.
- (D) os processos de competência do referido Tribunal serão distribuídos por classe, observada a competência e composição dos órgãos judicantes, assim como a ordem cronológica do seu ingresso na Corte, concorrendo ao sorteio todos os Ministros, excetuados os membros da direção.
- (E) na composição do saldo total de processos que caberá ao Ministro recém-empossado, observar-se-á, sempre que possível, a proporção de 2/3 de recurso de revista e 1/3 de Agravo de Instrumento.

30. Aprovar e emendar o Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho e julgar os Incidentes de Uniformização de Jurisprudência são atos de competência do

- (A) Tribunal Pleno.
- (B) Órgão Especial.
- (C) Tribunal Pleno e do Órgão Especial, respectivamente.
- (D) Órgão Especial e do Tribunal Pleno, respectivamente.
- (E) Órgão Especial e do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, respectivamente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O modelo relacional é um modelo formal, baseado na teoria matemática das relações, que representa os dados no banco de dados em uma coleção de tabelas relacionadas. Utiliza o conceito de
- (A) herança, ou referência a objetos do tipo tabela, de forma semelhante ao que ocorre com as classes em modelos orientados a objetos.
 - (B) tuplas, que lidam com qualquer estrutura de dados existente em aplicações criadas em linguagens de programação orientadas a objetos.
 - (C) colunas (ou campos), podendo conter valores inteiros, reais, literais e de referência, não estando limitadas quanto aos tipos de dados.
 - (D) *stored procedures*, que são estruturas semelhantes aos métodos dos modelos orientados a objetos, porém, os *procedures* não são limitados como os métodos.
 - (E) integridade referencial, onde o conteúdo de um campo chave estrangeira de uma relação precisa coincidir com um valor que esteja contido no campo que é chave primária na sua tabela pai.

32. Considere uma relação de trabalho flexível e hipotética, onde cada funcionário, que possui uma única Carteira de Trabalho e Previdência Social, pode trabalhar em diversas empresas ao mesmo tempo, e estas empresas podem manter inúmeros funcionários. Nessa relação estabelecida de forma correta em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional, considere que a chave primária da tabela *funcionario* é *matriculaFuncionario*, da tabela *empresa* é *idEmpresa* e da tabela *empresa_funcionario* é uma composição de *matriculaFuncionario* e *idEmpresa*. Um Analista de Sistemas infringirá as regras da segunda forma normal (2FN) se colocar na tabela *empresa_funcionario* o campo
- (A) *cargo*.
 - (B) *salario*.
 - (C) *cargaHorariaMensal*.
 - (D) *regrasDeTrabalho*.
 - (E) *numeroCarteiraTrabalho*.

33. Para atualizar as linhas da tabela *backup_employees* de forma que corresponda à tabela *employees*, um Analista de Sistemas utilizou a instrução abaixo em um banco de dados Oracle aberto e em condições ideais.

```
MERGE INTO backup_employees bac
  ..... (SELECT * FROM employees) emp
ON (bac.employee_id = emp.employee_id)
  II
  .....
UPDATE SET
bac.name = emp.name,
bac.job_id = emp.job_id,
bac.salary = emp.salary*1.5,
bac.commission = emp.commission,
DELETE WHERE (emp.commission IS NOT NULL)
  III
  .....
INSERT VALUES (emp.employee_id, emp.name, emp.job_id,
emp.salary, emp.commission);
```

Para que a *sintaxe* da instrução esteja correta, as lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por

- (A) WITH - WHEN FOUND THEN - WHEN NOT FOUND THEN
 - (B) FROM - IF FOUND THEN - ELSE
 - (C) WITH - IF MATCHED THEN - OTHERWISE
 - (D) USING - WHEN MATCHED THEN - WHEN NOT MATCHED THEN
 - (E) USING - IF FOUND THEN - IF NOT FOUND THEN
34. Um Analista de Sistemas deseja fazer um *backup* completo de um banco de dados SQL Server chamado *vendas* para um disco cujo caminho é definido por 'Z:\servidor_backup\vendas.bak', formatando a mídia e comprimindo o banco de dados, utilizando Transact-SQL. Para isso, terá que utilizar o comando
- (A) RMAN DATABASE vendas to 'Z:\servidor_backup\vendas.bak' WITH FORMAT, COMPRESSION;
 - (B) BACKUP DATABASE vendas TO DISK = 'Z:\servidor_backup\vendas.bak' WITH FORMAT, COMPRESSION;
 - (C) BACKUP FROM vendas TO Z:\servidor_backup\vendas.bak SET FORMAT, COMPRESSION;
 - (D) BACKUP vendas TO Z:\servidor_backup\vendas.bak -F, -C;
 - (E) BACKUP FULL vendas TO DISK = 'Z:\servidor_backup\vendas.bak' WITH CONSTRAINT='FORMAT, COMPRESSION';



35. Hipoteticamente, um Analista de Sistemas, trabalhando no Tribunal Superior do Trabalho – TST, se deparou com as seguintes questões:

1. Como o número de processos trabalhistas deste trimestre se compara com o número de processos de um ano atrás?
2. O que se pode prever para o próximo trimestre com relação ao número de processos trabalhistas?
3. Qual é a tendência do número de processos, medida pela variação percentual?
4. Quem é provável que faça acordo trabalhista nos próximos seis meses?
5. Quais são as características dos casos prováveis de acordos trabalhistas?

Considerando que o Tribunal utiliza o sistema gerenciador de banco de dados Oracle, para responder as perguntas, o Analista achou adequado o auxílio de dois recursos, cujas descrições encontram-se abaixo:

- I. Fornece dados resumidos e gera cálculos ricos, adequado para ajudar a responder as questões 1, 2 e 3.
- II. Descobre padrões ocultos em dados, operando em nível detalhado, adequado para ajudar a responder as questões 4 e 5.

Os recursos para resolver os problemas de análise de dados referentes às questões apresentadas, que são descritos em I e II são, correta e respectivamente,

- (A) OLAP e Data Mining.
- (B) ETL e ROLAP.
- (C) Data Mining e SAP R/1.
- (D) OLTP e OLAP.
- (E) MOLAP e OLTP.

36. SOAP é um padrão para a troca de mensagens entre aplicações e serviços web. Utilizando este protocolo, um Analista de Sistemas escreveu o seguinte código para uma mensagem de requisição SOAP em uma aplicação.

```
<m:GetStatusProcesso xmlns:m="http://www.tst.jus.br/processos">  
  <m:IdProcesso>0001234567890</m:IdProcesso>  
</m:GetStatusProcesso>
```

Este bloco de código deve estar no interior do elemento

- (A) body.
- (B) header.
- (C) payload.
- (D) method.
- (E) request.

37. Uma página *web* responsiva é aquela que se adapta automaticamente às diferentes resoluções de tela, seja de um computador, de um dispositivo móvel, de uma TV etc. Uma das formas de se conseguir uma página responsiva é referenciando diversos arquivos CSS na página, um para cada tamanho de tela. Por exemplo, para especificar um arquivo CSS chamado *config.css* para dispositivos com largura da janela (resolução) até 500 *pixels* utiliza-se a instrução

- (A) `<@import url("estilo.css") type="@media only screen up to 500px">`
- (B) `<link rel="stylesheet" type="@media only screen<=500px" href="config.css">`
- (C) `<style media="screen<=500px"> @import url("estilo.css"); </style>`
- (D) `<link type="text/css" rule="max-screen:500px" href="config.css">`
- (E) `<link rel="stylesheet" media="only screen and (max-width: 500px)" href="config.css">`

38. Considere o fragmento de código JavaScript abaixo.

```
if (document.p.q1[4].checked) {  
  document.getElementById("x").innerHTML = "True";  
}
```

Nesse código,

- (A) *p* é o nome de um formulário e *q1* é o nome de um campo do tipo *radio*.
- (B) há um erro na comparação que deveria ser `if (document.p.q1[4].checked==true)`.
- (C) *x* é o *id* de um campo do tipo *checkbox* que será marcado como selecionado.
- (D) para o bloco estar correto *innerHTML* deve ser substituído por *write*.
- (E) *p* é o *id* de um formulário e *q1* é o *id* de um campo do tipo *checkbox*.



39. Considere a página web abaixo.

```
<!DOCTYPE html>
<html>
  <head>
    <title> Home </title>
    <script src="jquery.min.js"></script>
    <script>
      $(document).ready(function(){
        .....
        });
    </script>
  </head>
  <body>
    <div>Coloque o conteúdo do container aqui</div>
    <button id="esconder">Esconder</button>
  </body>
</html>
```

Para que o *container* div fique oculto ao se clicar no botão, a lacuna I deve ser preenchida com:

- (A) `$("#button").click(function(){
 $("#div").hide();
});`
- (B) `$("#button").click(div.hide());`
- (C) `$("#button").click(action(){
 $("#div").hide();
});`
- (D) `$("#esconder").click(function(){
 $("#div").hide();
});`
- (E) `$("#esconder").onClick($("#div").hide());`

40. O *plugin modal* do *bootstrap* permite gerar uma caixa de diálogo sobre a página atual. O elemento `<div>` pai do *modal* deve ter como valor do atributo `id` o mesmo valor de um atributo do elemento usado para disparar o *modal*. Este atributo usado para disparar o *modal* é o

- (A) `data-toggle`.
- (B) `data-target`.
- (C) `modal-window`.
- (D) `modal-trigger`.
- (E) `modal-target`.

41. No PHP 7 as interfaces especificam quais métodos uma classe deve implementar. As interfaces

- (A) podem ser estendidas como as classes, usando o operador *extends*.
- (B) podem ter métodos declarados como públicos, privados ou protegidos.
- (C) não podem ser implementadas por mais de uma classe.
- (D) podem conter métodos implementados e métodos abstratos.
- (E) não podem conter nem variáveis nem constantes.

42. Considere o fragmento de código abaixo, de uma classe em uma aplicação Java SE ideal.

```
Class.forName("com.mysql.jdbc.Driver");
Connection conn = DriverManager.getConnection("jdbc:mysql://localhost:3306/tst", "oper01",
"a456B7F");
PreparedStatement st = conn.prepareStatement("DELETE FROM colaborador WHERE matricula = ?");
st.setInt(1, 10016);
```

Para executar o comando DELETE da linguagem SQL a próxima instrução do fragmento de código deverá ser

- (A) `conn.st.execute();`
- (B) `st.executeUpdate();`
- (C) `conn.execute(st);`
- (D) `int r = st.executeUpdate();`
- (E) `st.executeQuery();`



43. Uma *servlet* de uma aplicação Java EE recebe as requisições de pesquisa enviadas a partir de formulários HTML, processa estas requisições e encaminha para uma classe que acessa o banco de dados. Esta classe faz a pesquisa na tabela do banco e quando encontra o valor desejado, retorna o registro equivalente para a *servlet* que exhibe os dados para o usuário no formato HTML. O método da *servlet* que recebe as requisições é apresentado abaixo.

```
@Override
protected void doGet(...I... rq, ...II... rp) throws ServletException, IOException {
    //implementação do método aqui
}
```

O componente do padrão de projeto MVC em que essa *servlet* deve ser representada e as lacunas I e II equivalem, correta e respectivamente, a

- (A) Controller, ServletRequest e ServletResponse
 (B) Model, HttpServletRequest e HttpServletResponse
 (C) Control, RequestOperation e ResponseOperation
 (D) Controller, HttpServletRequest e HttpServletResponse
 (E) Model, HTTPRequest e HTTPResponse
-
44. A estrutura de um documento XML é considerada válida e bem formatada se possui uma descrição correta em XML Schema ou Document Type Definition – DTD. Assim, o elemento XML <idade>36</idade> poderá ser descrito em um DTD e em um XML Schema, respectivamente, como
- (A) <!ATTLIST idade (#PCDATA) > e <xml:definition name="idade" type="xml:integer"/>
 (B) <!ENTITY idade (#NUMBER) > e <xml:entity id="idade" type="xml:integer"/>
 (C) <!ELEMENT idade (#PCDATA) > e <xs:element name="idade" type="xs:integer"/>
 (D) <!ELEMENT idade (#INTEGER) > e <xml:element id="idade" type="xml:integer"/>
 (E) <!ENTITY idade (#PCDATA) > e <xs:entity name="idade" type="xs:string"/>

45. Um Analista de Sistemas criou uma fila de Ordens de Serviço no *array* PHP mostrado abaixo.

```
<?php
$fila = array();
array_push($fila, 'Instalar impressora', 'Trocar teclado', 'Reinstalar o Windows');
...I...
?>
```

Para remover o primeiro elemento da fila (*array \$fila*), a lacuna I deve ser corretamente preenchida por

- (A) `array_shift($fila);`
 (B) `array_pop($fila);`
 (C) `array_unset($fila);`
 (D) `array_remove($fila);`
 (E) `array_pull($fila);`
-
46. Um Analista de Sistemas que utiliza o SVN em linha de comando deseja adicionar um arquivo chamado `index.html` ao repositório e atualizá-lo, ou seja, efetivar a adição do arquivo enviando a modificação ao servidor. Para isso, terá que utilizar
- (A) os comandos `svn append index.html` e `svn commit -a index.html`.
 (B) os comandos `svn add file='index.html'` e `svn commit -x index.html`.
 (C) o comando `svn add index.html --commit log "Repositório atualizado"`.
 (D) os comandos `svn add index.html` e `svn commit -m "Novo arquivo adicionado"`.
 (E) o comando `svn add 'index.html' to repository and commit`.

47. Considere a relação todo-parte com forte vínculo entre as classes Tribunal e Departamento, significando as áreas administrativas que integram um tribunal. Na UML esta relação é tratada como
- (A) agregação por composição. Isso significa que a parte vive mesmo sem o todo.
 (B) composição. Isso significa que a parte não vive sem o todo.
 (C) interface simples. Isso significa que a parte não vive sem o todo, mas o todo existe sem a parte.
 (D) agregação por herança. Isso significa que a parte vive mesmo sem o todo.
 (E) herança múltipla. Isso significa que a parte vive mesmo sem o todo porque existem outras partes que compõem o todo.



48. Hipoteticamente, um Analista de Sistemas do Tribunal Superior do Trabalho – TST precisou elaborar um diagrama UML 2.5 que se caracteriza por alguns componentes e símbolos específicos, a fim de modelar o fluxo do processo e seus pontos de controle. Considere:

- I. Os componentes: *estados iniciais e finais; atividades e transições; decisões; bifurcação e união*.
- II. O símbolo utilizado em nós de controle desse diagrama, como na bifurcação e na união, para modelar atividades paralelas (concorrentes).

O diagrama constituído pelos componentes (I) e o símbolo nele utilizado (II) são, correta e respectivamente, diagrama de

- (A) fluxo de dados e barra sólida.
- (B) atividade de estados e *gateway* exclusivo.
- (C) processos e *gateway* paralelo.
- (D) atividades e barra sólida.
- (E) sequência e *gateway* paralelo.

49. Um Analista de Sistemas do Tribunal Superior do Trabalho – TST, de modo hipotético, necessitou aplicar princípios ágeis e de controle usando elementos de três modelos, em processos de manutenção de *software*. Considere:

- I. Dividir o cronograma em iterações *time-box* ou ciclos (*sprints*).
- II. Orientar o trabalho a eventos ao invés de limite de tempo.
- III. Aplicar a programação em pares, integração contínua, orientação a testes (TDD), revisão de código e todas as demais prescrições antes da implantação.

As características acima correspondem, respectivamente, a

- (A) Kanban, XP e Scrum.
- (B) Kanban, Scrum e XP.
- (C) XP, Scrum e Kanban.
- (D) Scrum, XP e Kanban.
- (E) Scrum, Kanban e XP.

50. Hipoteticamente, durante a fase de levantamento de requisitos, um Analista de Sistemas do TST aplicou uma técnica que trata de realizar uma imersão no ambiente de trabalho de seus usuários buscando observar, no dia a dia, como as atividades eram executadas. Esse trabalho lhe ajudou a descobrir requisitos funcionais e não funcionais, implícitos, que refletiam as formas reais com que as pessoas trabalhavam ao invés de refletir processos formais definidos pelo Tribunal. Um outro Analista de Sistemas que o acompanhava perguntou:

Qual técnica da Engenharia de Requisitos é essa que você aplicou?

Qual requisito funcional você observou?

Qual requisito não funcional você observou?

As respostas corretas a essas perguntas foram, respectivamente,

- (A) modelo de cenário; velocidade de conexão dos sistemas de apoio; qualidade do sinal da rede local.
- (B) etnografia; tempo de espera de atendimento no guichê, pelo cidadão; cálculo das custas do processo.
- (C) etnografia; cálculo das custas do processo; tempo de espera de atendimento no guichê, pelo cidadão.
- (D) categorização de requisitos; cálculo das custas do processo; modelo de caso de uso.
- (E) especificação de domínio; etnografia; tempo de espera de atendimento no guichê, pelo cidadão.

51. Durante a fase de teste de um *software* desenvolvido para um sistema em tempo real que usa memória compartilhada, um Analista de Sistemas verificou que, apesar de seus componentes já terem sido testados de modo individual e terem tido todos os erros corrigidos, ele não funcionava como deveria, de acordo com sua especificação. O Analista realizou, então, um teste de interface que conseguiu detectar o erro. O motivo era que o produtor e o consumidor de dados estavam operando em velocidades diferentes e o consumidor estava acessando informação desatualizada, pois o produtor da informação não atualizava as informações da interface compartilhada.

Na Engenharia de *Software*, o tipo de teste de interface e o erro detectado são denominados, correta e respectivamente, interface de

- (A) passagem de mensagem e erro de *timing*.
- (B) passagem de mensagem e erro de mau uso de interface.
- (C) componente e erro de procedimento.
- (D) memória compartilhada e erro de procedimento.
- (E) de *timing* e erro de parâmetro.



Atenção: Para responder às questões de números 52 e 53, considere o texto abaixo.

Hipoteticamente, um Analista de Sistemas do TST utilizou a notação BPMN 2.0 para modelar um processo de recebimento de denúncias.

52. Em um determinado ponto ele diagramou um subprocesso composto de duas atividades, utilizando o símbolo “til” (~) na parte inferior do mesmo. Esse símbolo é uma especificação característica do BPMN e significa que o subprocesso é
- (A) explícito, ou seja, existe um *gateway* paralelo entre atividades, sempre presente, obrigatório, mas não demonstrado.
 - (B) explícito, ou seja, existe um *gateway* inclusivo entre atividades, sempre presente, obrigatório, mas não demonstrado.
 - (C) *ad hoc*, ou seja, a ordem de execução das atividades ocorre de cima para baixo e da esquerda para a direita.
 - (D) *ad hoc*, ou seja, a ordem de execução das atividades não é definida.
 - (E) implícito, ou seja, existe um *gateway* de eventos múltiplos entre atividades, sempre presente, mas não definido.

53. Em outro ponto do diagrama ele usou uma atividade marcada com uma engrenagem dupla na parte superior esquerda. Na BPMN esse símbolo significa uma característica específica da atividade pois serve para especificar que ela é do tipo
- (A) humana.
 - (B) automática.
 - (C) subordinada.
 - (D) indeterminada.
 - (E) crítica.

54. Considere, por hipótese, que um Analista de Sistemas está trabalhando no projeto conceitual de um sistema de controle de processos compartilhado entre tribunais, o qual futuramente será projetado para ser processado em um modelo de banco de dados relacional normalizado. O Analista levantou os seguintes requisitos:

- A entidade `tribunal` deverá ser identificada de forma unívoca pelo atributo `identidade do tribunal` que será a chave primária; A entidade `processo` terá sua chave primária composta por um número sequencial de 1 a n mais a `identidade do tribunal` ao qual está vinculado.

O motivo da incorporação da `identidade do tribunal` na chave primária de `processo` bem como o tipo de relacionamento entre as entidades `tribunal` e `processo` são, respectivamente, a

- (A) manutenção da unicidade da identidade do tribunal; relacionamento de dependência (tribunal é entidade fraca de processo).
- (B) necessidade de se manter, em uma única tabela, os tribunais e os processos; relacionamento unitário.
- (C) necessidade de se manter um pseudo-relacionamento entre tribunal e processo; relacionamento ternário (tribunal + tribunal e processo).
- (D) manutenção da unicidade da identidade do processo; relacionamento de dependência (tribunal é entidade fraca de processo).
- (E) manutenção da unicidade da identidade do processo; relacionamento de dependência (processo é entidade fraca de tribunal).

55. Considere, por hipótese, os requisitos abaixo, levantados durante a modelagem de dados:

- I. A entidade `Empregado` exerce dois papéis: `Gerente` e `Gerenciado`. Cada empregado tem um só gerente e um gerente chefia diversos empregados.
- II. Um empregado (entidade `Empregado`) ocupa somente um cargo (entidade `Cargo`) que também pode ser ocupado por outros empregados.
- III. Um departamento (entidade `Departamento`) aloca diversos empregados (entidade `Empregado`). Um empregado só pode ser alocado em um único departamento.
- IV. Os atributos identificadores das entidades `Empregado`, `Cargo` e `Departamento` são, respectivamente, `Matrícula`, `Código do Cargo` e `Código do Departamento`.

Em um modelo normalizado, são chaves estrangeiras em I, II e III, respectivamente,

- (A) `Matrícula` (do gerenciado), `Código do Cargo` e `Código do Departamento`.
- (B) `Matrícula` (do gerente), `Matrícula` e `Código do Departamento`.
- (C) `Matrícula` (do gerente), `Código do Cargo` e `Código do Departamento`.
- (D) `Matrícula` (do gerenciado), `Matrícula` e `Matrícula`.
- (E) `Matrícula` (do gerenciado), `Código do Cargo` e `Matrícula`.



Atenção: Para responder às questões de números 56 a 58, considere as informações abaixo.

Hipoteticamente, um Analista de Sistemas levantou os seguintes requisitos de negócio para o controle de processos civis no Tribunal Superior do Trabalho – TST:

- A área Recepção é responsável por receber e registrar uma impetração de processo civil – Receber AP – que provém de um Cidadão (não controlado pelo sistema) quando este apenas deverá identificar-se e instruir o objeto do processo. Esses são os dados AP que deverão ser arquivados na Folha de Abertura de Processo – FAP.
- Após o arquivamento, a Recepção informa a área Análise de Dados para obter a FAP arquivada, realizar sua validação – Validar AP – e proceder ao seu subsequente encaminhamento ao Parecer Jurídico ou para, em caso de dados inconsistentes, Comunicar o Cidadão para corrigir e/ou complementar eventuais informações faltantes quando da instrução do objeto do processo, por meio do Aviso de Revisão – AR, cujos dados são arquivados no Cadastro de Revisões – CR, aguardando a correção pelo cidadão e correspondente baixa.

As áreas envolvidas, as baixas e outras supostas atividades não devem ser consideradas. Os elementos que devem ser considerados são:

Cidadão, Receber AP, Dados AP, Folha de Abertura de Processo – FAP, Validar AP, Parecer Jurídico, Comunicar o Cidadão, Aviso de Revisão – AR, Cadastro de Revisões – CR.

56. Analisando os requisitos, o Analista de Sistemas identificou elementos de um Diagrama de Fluxo de Dados - DFD para a Macro Visão do Modelo Funcional. Os fluxos de dados são, apenas,

- (A) Dados AP e Aviso de Revisão – AR.
- (B) Dados AP, Comunicar o Cidadão e Cidadão.
- (C) Folha de Abertura de Processo – FAP e Aviso de Revisão – AR.
- (D) Cadastro de Revisões – CR e Parecer Jurídico.
- (E) Cidadão, Folha de Abertura de Processo – FAP e Validar AP.

57. Analisando os requisitos, o Analista de Sistemas identificou elementos de um Diagrama de Fluxo de Dados – DFD. As funções ou processos são, apenas,

- (A) Receber AP, Comunicar o Cidadão e Dados AP.
- (B) Folha de Abertura de Processo – FAP, Validar AP e Parecer Jurídico.
- (C) Receber AP, Validar AP, Parecer Jurídico e Comunicar o Cidadão.
- (D) Cidadão, Cadastro de Revisões – CR e Dados AP.
- (E) Cidadão, Validar AP, Parecer Jurídico e Informar Cidadão.

58. Analisando os dois requisitos, o Analista de Sistemas identificou elementos de um Diagrama de Fluxo de Dados – DFD. São depósitos de dados, apenas,

- (A) Dados AP, Cidadão e Cadastro de Revisões – CR.
- (B) Cadastro de Revisões – CR e Folha de Abertura de Processo – FAP.
- (C) Validar AP e Dados AP.
- (D) Cidadão, Folha de Abertura de Processo – FAP e Dados AP.
- (E) Dados AP, Analisar FAP e Cidadão.

59. Ao elaborar um modelo de Caso de Uso usando *Unified Modeling Language* – UML, um Analista de Sistemas levantou, hipoteticamente, os seguintes requisitos: o Cidadão que interage com o sistema pode atuar de forma geral como Cidadão, mas também de formas específicas como Pessoa Física ou Pessoa Jurídica. As diferentes formas de atuação do cidadão, indicam

- (A) uma inclusão do Ator Cidadão nos Casos de Uso Pessoa Física ou Jurídica.
- (B) um relacionamento entre um Ator e dois Casos de Uso do tipo Generalização.
- (C) um relacionamento entre atores do tipo Generalização.
- (D) um relacionamento entre Casos de Uso do tipo Extensão.
- (E) uma expansão dos Casos de Uso Pessoa Física ou Jurídica em Cidadão.

60. Um Analista de Sistemas utilizou em seu projeto UML, especificações de diagramas de estrutura estática e também de comportamento dinâmico de objetos. Na especificação inicial ele usou o Diagrama de Caso de Uso e também modelou alguns processos usando o Diagrama de Atividade. Utilizou, ainda, para a representação da conexão de funções *on line* o Diagrama de Sequência e também o Diagrama de Componente. Os diagramas de Classe e de Objeto também foram utilizados pelo Analista para especificar os atributos e operações que seriam usados no projeto. Esses seis diagramas, ou seja, Caso de Uso, Atividade, Sequência, Componente, Classes e Objetos foram o suficiente para ele especificar o funcionamento do sistema e do *software* de suporte. Destes todos, trata-se de um diagrama usado para modelar o comportamento dinâmico do *software* e um aplicado na modelagem da estrutura estática dos elementos do sistema, respectivamente,

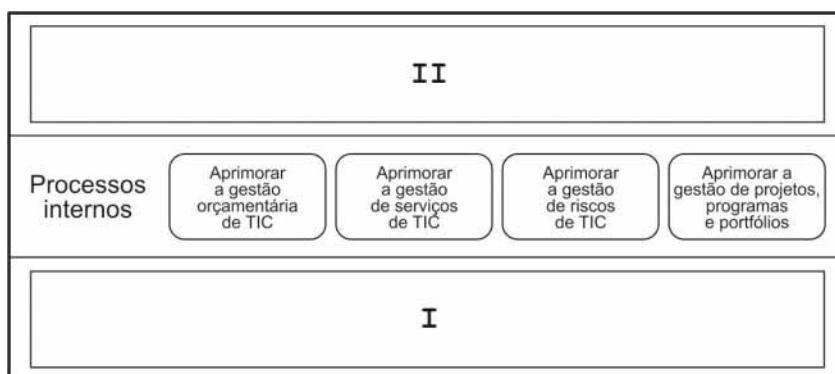
- (A) Sequência e Atividade.
- (B) Classe e Componente.
- (C) Caso de Uso e Componente.
- (D) Componente e Objeto.
- (E) Sequência e Caso de Uso.



61. Considere, por hipótese, que o Tribunal Superior do Trabalho – TST adote as melhores práticas de governança e gestão de TI do COBIT 5. Os processos abaixo estão sendo avaliados segundo a escala de 6 níveis de capacidade de processos do COBIT e encontram-se na seguinte situação:
- I. Processo “Aprimoramento da gestão de serviços de TIC”: o processo atingiu seu objetivo, é controlado e agora é implementado utilizando um processo definido capaz de atingir seus resultados.
 - II. Processo “Aprimoramento da gestão orçamentária de TIC”: o processo atingiu seu objetivo e já é implementado de forma administrativa (planejado, monitorado e ajustado); seus produtos de trabalho são adequadamente estabelecidos, controlados e mantidos.
 - III. Processo “Aprimoramento da gestão de projetos”: o processo não atingiu seu objetivo, pois há pouca ou nenhuma evidência de qualquer atingimento sistemático do objetivo definido para ele.
 - IV. Processo “Aprimoramento da gestão de riscos de TIC”: este processo é previsível e continuamente melhorado visando o atingimento dos objetivos corporativos do TST, atuais e previstos.
- Um Analista de Sistemas afirma, corretamente, que o processo
- (A) I atingiu o nível de capacidade 2 – Processo Gerenciado (dois atributos).
 - (B) III atingiu o nível de capacidade 1 – Processo Incompleto.
 - (C) I e o processo II atingiram o nível de capacidade 4 – Processo Estabelecido (dois atributos).
 - (D) IV atingiu o nível de capacidade 5 – Processo Otimizado (dois atributos).
 - (E) IV atingiu o nível de capacidade 6 – Processo Previsível (dois atributos).

62. Considere, por hipótese, que o Tribunal Superior do Trabalho – TST tenha nomeado um Analista de Sistemas como gerente de processo de TI. Este analista será encarregado de definir e operar processos de TI eficientes e eficazes, no contexto da boa governança e gestão de TI da organização, com base no COBIT 5. Primeiramente, o gerente de processo se concentrará no habilitador de processo. Considerando as dimensões deste habilitador, uma ação correta em relação à dimensão
- (A) Metas seria definir “estratégias de negócio, planos e requerimentos são bem documentados, entendidos e aprovados” como meta e utilizar como indicador o percentual de programas alinhados com os requisitos e prioridades de negócios do TST.
 - (B) Ciclo de vida seria criar cada processo de forma mais sólida e eficiente, elevando o nível de capacidade inicial dos processos de 1 para 2.
 - (C) Metas seria definir “habilidades e competências necessárias em cada papel são respeitadas” como meta e utilizar como indicador os níveis de habilidade técnica e comportamental já previstos no habilitador Cultura, Ética e Habilidades.
 - (D) Partes interessadas seria consultar a tabela de Cascata de Objetivos para saber quem são os atores do processo, ou seja, as partes responsáveis, consultadas, aprovadoras ou informadas dentro da estrutura organizacional.
 - (E) Ciclo de vida seria criar cada processo com nível de capacidade inicial 1, que exige a consecução de dois atributos: Controle de Desempenho e Gestão do Produto do Trabalho, que impõem a realização de diversas atividades relacionadas com a fase de planejamento.

63. Considere o mapa estratégico de TI abaixo.



No contexto das necessidades e prioridades de um Planejamento Estratégico de TI-PETI do Tribunal Superior do Trabalho – TST,

- (A) II corresponde à perspectiva Financeira e os objetivos mais adequados seriam “Reduzir o prazo de entrega dos serviços de TI” e “Reduzir o ciclo de tempo das licitações”.
- (B) II corresponde à perspectiva Clientes e os objetivos mais adequados seriam “Reduzir os custos com licitações”, “Economizar os insumos de TI” e “Aumentar a satisfação dos usuários”.
- (C) I corresponde à perspectiva Aprendizado e Crescimento e os objetivos mais adequados seriam “Aprimorar as competências das equipes com foco na melhoria das soluções de TI” e “Oferecer disponibilidade, inovação e qualidade na infraestrutura de TI”.
- (D) I corresponde à perspectiva Infraestrutura e os objetivos mais adequados seriam “Economizar os insumos de TI”, “Reduzir o prazo de entrega dos serviços de TI” e “Otimizar os processos de TI para adequá-los à demanda”.
- (E) II corresponde à perspectiva Resultados e Crescimento e os objetivos mais adequados seriam “Oferecer disponibilidade, inovação e qualidade na infraestrutura de TI” e “Otimizar os processos de TI para garantir aumento de demanda”.



64. Considere, por hipótese, que no ambiente do Tribunal Superior do Trabalho – TST foram detectados os seguintes problemas:

- Fraudes devido a excesso de privilégios de funcionários.
- Violações ou tentativas de violação de dados sensíveis por funcionários com diferentes perfis de acesso.
- Funcionários com elevado número de transações em sistemas, acima de 5 mil por mês.

A equipe de analistas do TST, frente a estes problemas, ponderou que algo deveria ser feito para que houvesse o mapeamento e redução de riscos em acessos elevados, com diminuição de conflitos de privilégios e implementação de políticas de prevenção de fraudes e proteção de informações sensíveis.

Para chegar ao resultado desejado, um Analista de Sistemas propôs que

- (A) fosse convocada uma reunião da alta direção com a equipe de Analistas de TI para tratarem do alinhamento estratégico entre áreas de TI e negócios.
 - (B) a responsabilidade do Gestor de *Compliance*, com base nas práticas da ITIL v3 edição 2011, fosse ajustada, pois a ele caberia cuidar da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações sensíveis e controlar os privilégios de acesso às informações, dados e sistemas do TST.
 - (C) o controle de Perfil por Função já implantado fosse substituído por um método diferente e já consagrado, como *Imperative Access Control* – IAC ou *Voluntary Access Control* – VAC.
 - (D) o PETI fosse revisto e ampliado, de forma que o mapa estratégico passasse a contemplar, na perspectiva de Resultados, o objetivo de garantir que as funções de TI atendam aos privilégios acordados e sejam medidos pelo indicador de número de transações em sistemas.
 - (E) o *log* de acessos dos usuários a sistemas e aplicações fosse avaliado, identificando conflitos de função, principalmente em atividades críticas e informações sensíveis da empresa, aplicando *Role Based Access Control*-RBAC com *Segregation of Duties* – SoD, dentre outras providências.
-
65. Considere que uma organização tenha implantado uma Central de Serviços-CS terceirizada, que funciona com base na ITIL v3 edição 2011. Tendo em vista que os funcionários desta CS acessam os sistemas da instituição contratante, surgiu a necessidade de controlar seus acessos, pois estas pessoas não estão na base de Recursos Humanos da contratante. Para isso, um Analista de Sistemas sugeriu a implantação de uma infraestrutura de autenticação e autorização na qual, ao acessar um provedor de serviço, o usuário seja redirecionado para uma página que lhe apresenta uma lista de provedores de identidade. O usuário escolhe sua instituição de origem e seu navegador é redirecionado para o provedor de identidade dessa instituição. Após autenticar o usuário, o provedor de identidade repassa o resultado dessa autenticação ao provedor de serviço e cria uma sessão de uso associada ao usuário, de forma que acessos a novos serviços dentro de um determinado intervalo de tempo não gerem novas requisições de autenticação. Esse mecanismo é denominado
- (A) *Simple-Sign On* – SSO.
 - (B) Federação de Identidade.
 - (C) Autosserviço.
 - (D) Gerenciamento de Identidades Terceirizadas – GIT.
 - (E) *Security Access Management Layer* – SAML.
-

66. Considere a tabela abaixo.

Fator Consequência (determina o nível de consequência caso o risco ocorra)	Fator Exposição ao Risco (determina a frequência com que esse risco ocorre ou pode ocorrer)	Fator Probabilidade (determina a chance de o risco ocorrer)
Catastrófico, quebra da atividade, fim da empresa: 100	Várias vezes ao dia: 10	Espera-se que aconteça: 10
Severo, prejuízos: 50	Uma vez ao dia, frequentemente: 5	Completamente possível, 50% de chance: 6
Grave: 25	Uma vez por semana ou ao mês, ocasionalmente: 3	Coincidência se acontecer: 3
Moderado: 15	Uma vez ao ano ou ao mês, irregularmente: 2	Coincidência remota: 1
Leve: 5	Raramente possível, sabe-se que ocorre, mas não com frequência: 1	Extremamente remota, porém possível: 0,5
Nenhum ou pequeno impacto: 1	Remotamente possível, não se sabe se já ocorreu: 0,5	Praticamente impossível, uma chance em um milhão: 0,1

A tabela apresenta um tipo de matriz de risco que é utilizada como parte de um método de análise de risco para cálculo do Grau de Criticidade-GC. Para calcular o GC devem-se multiplicar os 3 valores dos fatores incidentes ao risco sendo analisado, de acordo com a tabela. De acordo com a resposta do GC, obtém-se um indicador de tratamento de risco:

- GC maior ou igual a 200: correção imediata, risco tem que ser reduzido.
- GC menor que 200 e maior que 85: correção urgente, requer atenção.
- GC menor que 85: risco deve ser monitorado.

Um Analista de Sistemas precisa calcular o GC do risco de ocorrer dano físico no servidor principal do TST por falhas no fornecimento de energia elétrica e no *nobreak*. A consequência, caso o risco ocorra, implica em prejuízos da ordem de milhões de reais. O TST está exposto a este risco cerca de uma vez ao mês, mas é remota a probabilidade que aconteça de fato.

Com base na situação apresentada, conclui-se que o risco

- (A) precisa ser imediatamente reduzido.
- (B) requer atenção e deve ser corrigido urgentemente.
- (C) precisa ter seu monitoramento aumentado.
- (D) é iminente e requer correção imediata.
- (E) apresenta graves consequências e precisa ser monitorado e reduzido.



67. De acordo com o PMBOK 5ª edição, a preparação do registro dos riscos começa no processo Identificar os riscos, e, então, fica disponível para outros processos de Gerenciamento do Projeto e de Gerenciamento dos Riscos do Projeto. Um Analista de Sistemas está trabalhando na etapa de identificação de riscos em um programa de gestão de riscos de um projeto do TST, com base no PMBOK. O risco está relacionado ao evento “normatização, controle e fiscalização interna”. As informações levantadas sobre o risco são:
- Processo de Trabalho: Fase de planejamento de contratação.
 - Objetivo do Processo de Trabalho: Elaborar o Termo de Referência necessário à contratação, em conformidade com a legislação vigente.
 - Causa: Não observância dos requisitos legais definidos na lei que institui modalidade de licitação “pregão”, para aquisição de bens e serviços comuns.
 - Evento: Provimento do pedido de impugnação do edital.
 - Consequência (ou efeito): Atraso na realização da contratação pleiteada.
- Com base nas informações apresentadas, o risco é descrito como:
- (A) a fase de planejamento de contratação poderá ficar paralisada caso ocorra a impugnação do edital em que conste a modalidade de licitação por pregão.
 - (B) a elaboração do Termo de Referência pode não ocorrer caso a fase de planejamento da contratação fique comprometida com riscos que envolvem pedido de impugnação do edital.
 - (C) a não observância dos requisitos legais definidos na lei implicará na impugnação do edital, o que poderá comprometer a elaboração do Termo de Referência necessário à contratação pleiteada.
 - (D) a impugnação do edital pode ter como consequência a não observância dos requisitos legais definidos na lei que institui modalidade de licitação pregão.
 - (E) devido a não observância dos requisitos legais definidos na lei, poderá ocorrer pedido de impugnação do edital, o que poderá ocasionar o atraso na realização da contratação pleiteada.
-
68. Em um programa de Gestão de Riscos, o tratamento de riscos tem como objetivo determinar a resposta mais adequada para modificar a probabilidade ou o impacto de um risco. A opção
- (A) mitigar objetiva descontinuar as atividades que geram o risco.
 - (B) transferir objetiva compartilhar o risco com terceiros, como ocorre com os associados à reputação de pessoa ou organização.
 - (C) mitigar implica na redução da probabilidade e/ou do impacto de um evento de risco adverso para dentro de limites aceitáveis.
 - (D) transferir envolve avaliar se os demais tipos de respostas ao risco são viáveis. Em situações como risco de baixo impacto ou custo desproporcional ao benefício do tratamento, a melhor opção é enviar o risco para terceiros.
 - (E) aceitar envolve isolar os objetivos do projeto do impacto do risco ou alterar o objetivo que está em perigo, como estender o cronograma ou reduzir o escopo.
-
69. Em um mundo repleto de VUCA (*Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity*), é necessário ter VECA (*Vision, Understanding, Clarity and Agility*), ou seja, as pessoas e organizações devem estar preparadas para mudanças. Considere, por hipótese, que o TST trabalhe com um modelo de gestão de mudança organizacional que propõe etapas que devem ser percorridas pelas pessoas envolvidas em processos de mudanças. As etapas são baseadas nas premissas: consciência da necessidade da mudança, desejo de participar e apoiar o processo, conhecer o que mudar e como mudar, habilidades comportamentais para conduzir a mudança e, por fim, sustentar e consolidar a mudança. Este modelo é denominado
- (A) ADKAR.
 - (B) CDCCS.
 - (C) SWOT.
 - (D) 5Vs.
 - (E) Kotler's 5 Steps Practical Model.
-
70. Considere que o TST tenha uma infraestrutura de monitoramento com telas de TV projetando imagens de pontos estratégicos. Mas, quando a ferramenta de monitoramento indica uma falha, não há um processo que determina as ações a serem acionadas. Um Analista de Sistemas sugeriu que o TST adotasse as melhores práticas da ITIL v3 edição 2011, pois o processo Gerenciamento de
- (A) Problemas garante que a operação normal do serviço poderia ser restaurada tão rapidamente quanto possível e que o impacto do problema na ferramenta de monitoramento seria minimizado.
 - (B) Incidentes preveniria proativamente a ocorrência de incidentes e minimizaria o impacto dos incidentes que não pudessem ser evitados, como a falha na ferramenta de monitoramento.
 - (C) Cumprimento de Requisições geraria uma requisição de serviço ligado ao incidente gerado pela ferramenta de monitoramento e esta seria prontamente atendida pela Central de Serviços.
 - (D) Eventos, utilizando as informações e notificações do monitoramento, indicaria o que deveria ser feito após a detecção dos eventos de falha.
 - (E) Nível de Serviço criaria uma solução de contorno que reduziria o impacto do problema gerado pela ferramenta de monitoramento, indicando o que deveria ser feito após a sua detecção.

**DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: 10.6. A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta). 10.7. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho no Estudo de Caso, a que se refere este Capítulo, os candidatos deverão valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.7.1. A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 10.8. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 10.8.1. apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado; 10.8.2. apresentar textos na forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; 10.8.3. for assinada fora do local apropriado; 10.8.4. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 10.8.5. estiver em branco; 10.8.6. apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.9. A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 10.10. Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites de número de linha estabelecidos, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 10.12. A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da Prova Discursiva-Estudo de Caso.

QUESTÃO 1

Considere, por hipótese, que o Tribunal Superior do Trabalho – TST deseja modelar seu Processo de Atendimento de Ordens de Serviço usando BPMN 2.0 e UML e que, nesse processo, descrito abaixo, existem os papéis de Técnico Nível 1 e de Técnico Nível 2.

Quando contatado por um requisitante que deseja relatar um incidente, o processo é iniciado e o Técnico Nível 1 abre uma Ordem de Serviço – OS com a assistência de uma aplicação de software onde registra a solicitação do requisitante e as informações do atendimento.

Após abrir a OS, o Técnico Nível 1 verifica se há prioridade no atendimento, pois há uma regra de negócio que indica que as Ordens de Serviço originadas de magistrados devem ser tratadas como prioridade “emergência”, enquanto as demais devem ser tratadas como prioridade “normal”.

Se a OS tiver prioridade “normal”, o Técnico Nível 1 agenda uma visita técnica no sistema para que se saiba quais requisitantes deverão ser visitados pelos Técnicos Nível 2 naquele dia. Em seguida, o Técnico Nível 2 realiza a visita técnica.

Se a OS tiver prioridade “emergência”, o Técnico Nível 1 eleva a prioridade do atendimento, sem precisar acessar outros sistemas. Em seguida, identifica um Técnico Nível 2 disponível acessando o sistema de localização do TST, que mostra o Técnico Nível 2 que está mais próximo do requisitante. Depois de identificar o Técnico Nível 2, disponível o Técnico Nível 1 aciona o serviço de chamados para enviar uma mensagem ao celular do Técnico Nível 2 com a OS de “emergência”. Em seguida, o Técnico Nível 2 realiza a visita técnica.

Depois que a visita técnica é realizada, o Técnico Nível 2 registra no sistema a solução aplicada. Em seguida, o Técnico Nível 1 verifica o resultado do serviço realizado com a ajuda de uma ferramenta de *software*. Se o resultado do serviço foi satisfatório e o problema foi solucionado, o processo é encerrado. Senão, retorna-se à identificação da prioridade no atendimento da OS e as tarefas a partir daí são executadas novamente.

Com base na situação apresentada:

- a. Desenhe o Diagrama de Processo utilizando BPMN 2.0 usando a notação correta para tarefas, *gateway*, eventos, conectores e raias e considerando os papéis envolvidos.
- b. Desenhe o Diagrama de Atividades utilizando a UML 2.0 ou superior, usando a notação correta, considerando os papéis envolvidos.
- c. Descreva o Processo de Atendimento de Ordem de Serviço apresentado, seguindo as práticas da ITIL v3 edição 2011. Considere que o processo terá início quando ocorrer um incidente que paralisar algum serviço de TI. Nessa situação o responsável pelo serviço entrará em contato com a Central de Serviço para abrir uma Ordem de Serviço. Descreva quais e como os principais processos da Operação de Serviço serão envolvidos para retornar o serviço à normalidade. Indique, também, o que ocorrerá quando uma solução para o problema for encontrada.

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO



(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

a.

U
N
H
O

b.

R
A
S
C
U
N
H
O



(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO